

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**26ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de dezembro de 2012.**

**PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO**

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Não há Pequeno Expediente. Não há expediente a ser anunciado. Não há Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

A Srª Ângela Sousa:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o PSD. Por 5 minutos a deputada Ivana Bastos e os 5 minutos restantes, a deputada Ângela Sousa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os outros minutos, quem?

A Srª Ângela Sousa:- São 10 minutos. Cinco da deputada Ivana e cinco, eu falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputada. V.Exª será atendida.

Com a palavra deputada Ivana Bastos pelo tempo de até 5 minutos. Antes, há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados (Lê):

“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o requerimento de urgência nº 7.774/2012 para o projeto de lei nº 20.060/2012, de autoria do Poder Executivo.”

Apenas informação para os funcionários do Ministério Público, V.Exª me permite, deputada? Nós estamos aguardando uma negociação política do Líder do governo com a Casa Civil e com o chefe do Ministério Público, Dr. Wellington Silva. Caso eles cheguem a um acordo, espero que sim, votaremos esse projeto ainda hoje. (Palmas) Agora depende dos acordos políticos.

O deputado Paulo Azi já informou que assina a dispensa das formalidades; o deputado Zé Neto, que é o Líder do governo, também já informou que dispensa as formalidades regimentais. Agora estamos aguardando as negociações entre o Líder do governo e o chefe do Ministério do Público juntamente com a Casa Civil para que possamos votar esse projeto, se possível, no dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos pelo tempo de até 5 minutos.

**A Srª IVANA BASTOS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, servidores do Ministério Público, quero aqui registrar o meu apoio e dizer que reconheço a luta de vocês como legítima. Tenho grandes amigos no Ministério Público, quero aqui registrar, a promotora Drª Lúcia Helena, a quem tive a oportunidade aqui nesta Casa de dar um prêmio pelo trabalho dela no Nupar. Vocês podem contar com o meu mandato, podem contar com a minha pessoa. (Palmas)

Quero aqui registrar para os colegas que no último dia 28, quinta-feira passada, tivemos a oportunidade de estar no município de Vitória da Conquista, onde o governador autorizou a licitação de várias estradas daquela região. A estrada que liga Malhada de Pedras a Rio do Antônio, que é na rodovia BR-026, numa extensão de 26,5 quilômetros e que vai atender os municípios de Malhada de Pedras, Rio do Antônio, Ibitira, Ibiassucê e Caculé. Com uma população beneficiada de 115 mil habitantes, em que o governador Jaques Wagner assinou a autorização da licitação dessa estrada e também da estrada que liga Sebastião Laranjeiras a Palmas de Monte Alto, com uma extensão de 54 quilômetros.

Indicações nossas na Casa desde 2011, uma luta muito grande desses dois municípios. Municípios que não tinham asfalto até a sua sede e que tinham grande dificuldade para escoar sua produção e para os seus moradores, seus habitantes, como posso dizer, circularem de uma cidade a outra.

Quero aqui também registrar a minha satisfação com os municípios de Lagoa Real e Livramento de Nossa Senhora. Esses municípios foram indicados para receber o prêmio Selo Unicef, que é um prêmio concedido a municípios do Norte e Nordeste que mais se destacaram em políticas públicas que garantem os direitos da criança e

do adolescente. E esses dois municípios receberão esse prêmio amanhã, dia 05, no Hotel Fiesta.

Quero cumprimentar o prefeito Bida, de Lagoa Real, pelo seu trabalho; cumprimentar o prefeito Carlão, de Livramento de Nossa Senhora, também por estar recebendo esse prêmio.

Quero também fazer um registro à deputada Cláudia Oliveira, nossa próxima prefeita de Porto Seguro, cumprimentá-la, parabenizá-la, desejar todo o sucesso e dizer que saudades você vai deixar, mas tenho certeza que estará sempre aqui buscando apoio para o seu município e a torcida nossa para que você se revele uma grande prefeita como você se revelou uma grande deputada.

Muito obrigada a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Ângela Sousa por até 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> ÂNGELA SOUSA:-** Sr<sup>a</sup> Presidenta Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Servidores do Ministério Público que estão aqui lutando por seus objetivos, que Deus possa abençoá-los. Estamos também à disposição de vocês.

Gostaria de falar nesta tarde sobre a Barragem do Rio Catolé, um projeto importante que deverá ser executado pela Embasa. A nascente desse rio é no município de Barra do Choça, e essa barragem visa complementar o abastecimento de água dos municípios de Vitória da Conquista, Tremedal e Belo Campo.

Essa barragem é muito importante, sim, mas é preciso que a Secretaria do Meio Ambiente, a Embasa e também a Sedur tenham contato ou façam uma audiência pública – por isso estou aqui – para tranquilizar os moradores de Itapetinga e Caatiba, municípios abastecidas pelo Rio Catolé. Eles estão preocupados com a possibilidade de terem problemas futuros devido a esse abastecimento que chegará a Vitória da Conquista, Tremedal e Belo Campo.

Precisamos rever essa situação da água, mas também precisamos ter cuidado para que as comunidades assistidas pelo Rio Catolé não sejam prejudicadas.

Outro tema que gostaria de fazer coro com os meus companheiros diz respeito à situação da Azaleia. Essa empresa sempre teve incentivo fiscal, fato que a beneficiou. E agora, com o fechamento das 12 fábricas, perderemos 4 mil empregos.

Este é um momento que não podemos deixar de ficar atentos. Precisamos rever essa situação e nos alinharmos com as pessoas que estão aflitas por perderem os seus empregos, para vermos de qual maneira o governo – além desse incentivo fiscal – poderá ajudar para a manutenção dessa empresa naqueles municípios em que ela tem as suas fábricas.

Quero também agradecer pelo município de Ilhéus ter sido abençoado esses dias. Logicamente é direito do nosso povo, não fazemos favor, é nossa obrigação como representantes da população brigar por suas necessidades. E há muito tempo estamos lutando pelo DPT de Ilhéus. Graças a Deus, na quinta-feira passada

recebemos esse departamento na nossa comunidade para atender a mais de 10 municípios.

Também parabenizamos nossa cidade pelo Terminal Pesqueiro de Ilhéus, que teve uma inauguração muito bonita.

E agradeço ao nosso governador e ao vice-governador Otto Alencar, homem comprometido que tem feito um trabalho diferenciado na Secretaria de Infraestrutura, guerreando conosco em prol da Ponte Ilhéus – Pontal. Promessa que o governador está cumprindo agora, pois havia dito que antes de deixar o governo a deixaria iniciada ou pronta. A licitação já foi oficializada e seu edital saiu no dia 1º de dezembro, sábado. Isso é bastante importante para Ilhéus, para o nosso município.

Estamos aqui agradecendo por isso, como também pelos recursos que vão para a recuperação das estradas de Aiquara, Barro Preto, Gongogi, Itaju do Colônia, Itapé, Ubatã, e Itacaré que liga a Taboquinhas.

Agradecemos e estamos felizes, cantando alegres essa vitória, que é direito do nosso povo, e que está sendo feita agora depois de muitas lutas.

Agradeço e Deus lhes abençoe.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr<sup>a</sup> Cláudia Oliveira:- Pelo tempo de 10 minutos falará a deputada Kelly Magalhães.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 10 minutos, que, com certeza, vai falar de Barreiras, município que ela admira e onde tem um prestígio muito grande. Eu a parabenizo.

**A Sr<sup>a</sup> KELLY MAGALHÃES:-** Com certeza. Eu agradeço e saúdo Santa Bárbara hoje pelo seu dia. Quero saudar também os servidores do Ministério Público, e com certeza fazer gestão nessa pactuação que está sendo feita com o secretário César Lisboa, com o Líder da Oposição e com o Líder do governo Zé Neto, para que o projeto venha a ser aprovado e vocês, enfim, tenham seus direitos reconhecidos. (Palmas) Nós nos somamos a esse esforço, que é conjunto, tanto da Bancada da Oposição quanto da Bancada da Situação, em reconhecer a legitimidade do pleito de vocês, e também nesse momento reconhecer a gestão que o governo tem feito para aprovar o projeto.

Quero saudar, Sr<sup>a</sup> Presidente, V.Ex<sup>a</sup>, que preside esta sessão hoje – como sempre, “a dama de vermelho” em homenagem a Santa Bárbara. Também quero saudar as deputadas e os colegas deputados.

Ontem, falei aqui sobre a questão da partilha dos royalties. Considero que hoje ainda repercute, porque, na verdade, apesar de ter ouvido muitos discursos culpando o governador Wagner, eu entendo particularmente que não é o governador Wagner. É preciso uma articulação dos governadores de todos os Estados do Nordeste e do Norte, e não depende apenas de um governador. Acho que a mobilização e a

capacidade de articulação que o governador do Rio de Janeiro tem tido, é o que falta de mobilização nos Estados que são prejudicados. Portanto, não estou aqui dizendo que é certo. Acho que todos nós temos que nos posicionar. Eu me posiciono a favor da divisão agora, porque, se se quiser pensar na educação com a partilha do Pré-sal no futuro, não se corrige as injustiças agora. Elas continuam acontecendo e, com certeza, a divisão correta ajustaria e diminuiria essa desigualdade que ainda persiste e que traz prejuízos para a educação no presente. Portanto, o que a presidente Dilma prevê é o futuro, mas nós precisamos concertar o futuro é agora, no presente.

Portanto, coloco-me a favor dos deputados que se propõem a derrubar o veto da presidente nessa questão, por entender que o Rio de Janeiro não é soberano e não está acima de todos os Estado da Federação. O petróleo é do povo brasileiro e assim deve ser entendido para diminuir as desigualdades.

Srs. Deputados e Deputadas, caros senhores da imprensa, mesmo diante das dificuldades que todos os Estados estão vivendo, que a Bahia está vivendo, que os municípios vivem e que, com certeza, não é novidade para ninguém, prefeitos... O deputado João Leão profetizou, vaticinou no encontro que teve na cidade de Luís Eduardo Magalhães que muitos prefeitos teriam as contas rejeitadas pelas dificuldades causadas pela perda na arrecadação que esses municípios têm tido ao longo do tempo, inclusive pela política implementada pelo governo federal de diminuir o IPI e compensar na receita que os Estados e município recebem. Mas, ainda assim, com toda a crise, muitos municípios que têm as suas tradições permanecem brigando com isso. E eu quero lamentar, lamentar de público e quero aqui estender a minha solidariedade e a minha luta permanente para que o povo de Barreiras que ontem teve anunciado pelo prefeito eleito, que usou como slogan de campanha “Antônio Resolve”, Antônio resolveu cancelar o Carnaval de Barreiras.

Barreiras tem o melhor Carnaval do interior da Bahia. O Carnaval de Barreiras é uma referência para todos os Estados vizinhos, para aqueles que, com certeza, não podem vir a Salvador e se deslocam para a cidade de Barreiras.

A prefeita Jusmari, quando assumiu há quatro anos, encontrou a cidade nas seguintes condições: esburacada, e nos tempos de chuva piora ainda mais. Sofreu críticas por ser evangélica, pois muitos acharam que não faria o Carnaval. Mas teve a coragem, a sagacidade e enfrentou o problema. Não deixou de movimentar a economia, não deixou os blocos na mão e realizou o Carnaval.

Agora vemos a tristeza. Como deputada eleita pela região, especialmente pela cidade de Barreiras, da qual sou filha, recebo inúmeros telefonemas para saber o que acontecerá com quem investiu vendendo abadás, contratando bandas. Enfim, com quem já fez compromisso e o que será realmente de Barreiras e de quem resolve, antes de assumir o seu mandato, tomar medidas drásticas que acabam, com certeza, prejudicando a economia.

Digo isso aqui porque o orçamento enviado pela prefeita Jusmari para o ano de 2013 já foi aprovado pela Câmara de Vereadores. São 286 milhões, crédito do futuro prefeito, 100% de remanejamento. Não há dificuldade em fazer remanejamento das verbas. O prefeito eleito pode usar livremente da forma que lhe convier. E com

certeza, se quisesse como prioridade, poderia reunir o setor empresarial, os blocos carnavalescos, o povo e colocar a situação, já que está dizendo que a culpa é da prefeitura pela cidade como se encontra. Mas não é deixando de fazer o Carnaval que vai diminuir os prejuízos que Barreiras terá por não realizá-lo!

Portanto, quero conclamar os empresários, solidarizar-me com os donos de blocos, os foliões e os turistas que o município recebe a cada ano, chegando a movimentar 60 a 100 mil pessoas durante o período de Carnaval. Elas se deslocam de Goiânia, Brasília, Tocantins, das regiões circunvizinhas, dos municípios que estão em torno de Barreiras para participar do seu grande e belo Carnaval.

Nestes quatro anos não são só os blocos profissionais, que são grandes blocos, a trazer belas atrações, pois também a prefeitura teve a capacidade de botar para os da “pipoca” grandes e boas bandas, boas atrações para o Carnaval barreirense, porque é uma festa que impulsiona a economia, fortalece, aquece a cidade. E sem dúvida não se pode quebrar essa tradição. Não se pode nem se deve. Considero grande a responsabilidade de quem não assumiu ainda o município e usou o slogan de campanha “Antônio resolve” agora resolver de vez acabar com a economia local e a alegria do povo de Barreiras.

Consertar a cidade, com certeza vai. Faxinação, pode-se fazer em um ou dois dias, já que considera que ela está suja. Buracos? Certamente ele terá a alegria de ver Barreiras com o asfalto que o governador já deixou autorizado, mas agora parou. Por conta das fortes chuvas que tomam conta do município, é impossível que haja a continuidade da operação do asfalto, porque é Barreiras que nesse período mais recebe chuvas. Com certeza, o asfalto destinado pelo governo do Estado na operação do Derba e também para a conclusão do saneamento básico continuará para a cidade. Fazer a iluminação pública é fácil e rápido. E isso já foi feito.

Todos os prefeitos que já passaram, nenhum deixou de realizar o Carnaval. Nem mesmo no ano passado, quando o governador do Estado enfrentou a sua pior crise, junto com o prefeito João Henrique, cuja cidade é responsável pelo Carnaval. Mesmo com a greve dos policiais, a continuidade da greve em pleno Carnaval, a situação caótica, teve a coragem, enfrentou e fez o Carnaval.

Quero pedir ao prefeito eleito que tenha a coragem de resolver os problemas, porque na sua campanha ele não debateu com o povo de Barreiras, elegeu-se enganando a população e em nenhum momento debateu dizendo que poderia não resolver, não fazer o Carnaval por conta da situação da cidade. Mas poderia ter dito isso, e não ter enganado os barreirenses fazendo agora essa novela triste para o povo de Barreiras, os carnavalescos, os donos dos blocos, que tiveram muitos prejuízos, e especialmente para a economia local, que com toda a dificuldade ainda recebe os turistas. Só que, se a situação permanecer assim, eles procurarão outro destino no próximo ano, porque ficará na dúvida se Barreiras terá Carnaval, e Barreiras perde o seu potencial.

Olha que não é novidade para o povo de Barreiras e região quando esse prefeito, pela mesma falta de coragem, pela mesma falta de iniciativa, deixou de realizar uma grande festa que participa já do calendário oficial de Barreiras, que foi a

feita ExpoBarreiras, que é a festa agropecuária. Portanto, causou prejuízo naquele período e causa mais uma vez antes de começar o seu mandato, resolve começar o seu *slogan* da pior forma possível, resolveu acabar com a alegria do povo de Barreiras, dos turistas, do comércio, e resolveu de vez mostrar sua incapacidade em resolver os problemas de Barreiras, deu como prioridade o seu capricho pessoal em querer para si um prédio do Estado para transformar em sede. No tempo que está gastando em fazer a sede municipal da Prefeitura deveria estar reunindo o empresariado, os carnavalescos, os donos de blocos, para fazer o Carnaval, e não deixar o povo como está, na situação que se encontra.

Portanto, vamos à luta e vamos fazer com que o Carnaval seja realizado e o povo não tenha prejuízo.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo, da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL-PRB-PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr<sup>a</sup> Cláudia Oliveira:- Falará o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 10 minutos.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra, o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:-** Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, como sempre levando tudo que acontece aqui nesta Casa, os servidores do Ministério Público que estão aqui nessa perseverança para que realmente o PL nº 19.648/2011 seja aprovado, nesta manhã, visitei o Hospital Geral do Estado, o HGE, onde nós, da Comissão de Saúde, estamos na luta para o acolhimento de 1 milhão e 500 mil assinaturas para o projeto de iniciativa popular, onde estaremos sensibilizando a presidenta da República, Dilma Rousseff, para que possa colocar no Orçamento bruto da União 10% para investir na saúde, não só da Bahia, mas do Brasil.

Hoje, tivemos a alegria, ao chegar àquele hospital, onde o Dr. André Luciano Santana, que é o diretor responsável daquele hospital, também acreditando nesta caminhada da caravana do Assine + Saúde, não só na Bahia, mas em dez Estados da Federação. Teremos êxito, até porque, Sr<sup>a</sup> Presidente, esta lei já funciona para os municípios e para os Estados. O Estado tem a sua obrigação mínima de gastar 12% dos seus recursos próprios para a saúde, os municípios têm 15% para gastar na saúde pública, mas o governo federal apenas tem repassado 6,2%, e a nossa luta é para que chegue a 10% do orçamento da União.

O Sr. André, que nos recebeu muito bem, realmente acredita que a presidente Dilma, quando receber essas assinaturas dos 11 Estados, estará assim mudando, baixando um decreto, alterando a emenda 29 para que os municípios-estados possam receber mais recursos. Nessa visita, o diretor do hospital já nos sinalizava que o

ministro da Saúde, que esteve aqui no dia 1º entregando as 70 ambulâncias do SAMU para 70 municípios do nosso Estado, assegurou para o governador e para o secretário da Saúde Jorge Sola que estará liberando mais de 40 milhões para a construção de duas torres ao lado do Hospital Geral do Estado. Isso significa que vai ampliar aquele hospital para o bem dos baianos, serão duas torres totalmente equipada ao lado do HGE.

O Hospital Geral do Estado hoje é uma referência em termos de limpeza, na qualidade de atendimento, e qualquer cidadão que sofre hoje um acidente não tem mais medo de ir para o HGE, ao contrário, ele fica feliz, porque sabe que o HGE hoje é outra história. E com esse recursos que o governo do Estado vai receber com certeza o HGE vai ser ampliado, terá duas torres de sete andares, com mais leitos, mais salas de cirurgia e melhor atendimento.

Outra coisa, Sra. Presidente, que precisa ser revista e nós deputados temos que alertar é que não adianta o Ministério da Saúde colocar recursos para a saúde se não houver uma fiscalização mais rigorosa nos Municípios. Não existe uma fiscalização com respeito aos recursos enviados pelo Ministério da Saúde para cada Município, uma fiscalização mais rígida. Os recursos vêm, mas os Municípios não têm cumprido a atenção básica, não têm cumprido o dever de casa. Isso, sim, tem trazido transtornos para os hospitais de alta complexidade, como o HGE, o Roberto Santos, o Hospital do Subúrbio, o Clériston Andrade de Feira de Santana. Por isso nós temos que nos mobilizar, depois, com certeza, da aprovação da mudança e de mais investimentos que a presidenta Dilma fará para a saúde dos nosso Estado e dos Municípios, nós estaremos, com certeza, nos mobilizando para que o Ministério da Saúde possa investir mais recursos. Aliás, fiscalizar, essa é a palavra. E que os recursos não venham sair por outro caminho.

Então, Sra. Presidente, estou realmente feliz com essa campanha e estaremos amanhã, pela manhã, na Câmara de Vereadores da cidade de Salvador onde faremos um ato para que a Câmara esteja comprometida com essa campanha “Assine Mais Saúde” e que a gente possa realmente conquistar e chegar ao objetivo de colher essas assinaturas.

Gostaria, também, de lembrar aos Srs. Deputados, presentes nesta tarde, que eu encaminhei para o gabinete de V.Ex<sup>as</sup>. um quite com várias planilhas para a coleta de assinaturas. Lembro a cada um dos senhores para fazer esta contribuição a esta campanha do *Assine Mais Saúde* que vejo vitoriosa.

Tenho certeza de que o Líder do Governo, José Neto, já está colhendo as assinaturas em suas bases. Tenho certeza de que o deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana, também, já está mobilizado para colher as assinaturas. Assim como tenho certeza, também, de que os deputados Graça Pimenta, vice-presidente da comissão; Luiza Maia; a futura prefeita de Porto Seguro e atual deputada Claudia Oliveira; Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Coronel Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Kelly Magalhães, Joseildo Ramos, de Alagoinhas, e Cacá Leão farão a coleta das assinaturas.

Enfim, estou fazendo esta convocação, porque precisamos, sim, mostrar para a



sociedade da Bahia que mais recursos para a saúde é mais vida para os cidadãos baianos.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr<sup>a</sup> Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Carlos Geilson.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, representante de Feira de Santana e região, pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr<sup>a</sup> Presidente, que, no dia de Santa Bárbara, 04 de dezembro, veste-se a caráter, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, colegas da imprensa, servidores do Ministério Público estadual, a julgar pela fala dos deputados governistas e com o apoio da Oposição, desde a primeira hora, só não vota hoje se o Líder do Governo, deputado Zé Neto, não quiser. Vejam, ouvi, aqui, vários deputados governistas falarem que estão com os servidores. Se os deputados do governo estão apoiando a causa, se os deputados da Oposição apoiam a causa, o que empata votar? (Palmas) Só o deputado Zé Neto. (Palmas) Repetindo, só o deputado Zé Neto.

Então, deputado, V.Ex<sup>a</sup> tem de subir a esta tribuna e dizer por que não vota, uma vez que os deputados governistas subiram aqui para dizer que votam sim. Inclusive alguns deles estão usando a logomarca ou o distintivo do Ministério Público estadual com o título PCS – Plano de Cargos e Salários.

Mas, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, parabênzo o deputado Rosemberg Pinto pelo seu pronunciamento em relação à demissão de quatro mil funcionários da Azaléia. E V.Ex<sup>a</sup> foi feliz quando disse que se fosse a Ford, a presidente da República já teria mandado o primeiro time do governo federal resolver o problema.

É esta atenção que nós, também, queremos. São quatro mil famílias desempregadas. Imaginemos, neste mês de dezembro, o trabalhador receber a notícia do desemprego. Que Natal, meu irmão?! Que presente de grego! E o governo precisa se manifestar. O governador precisa falar. Nós queremos ouvir o governador.

É importante os deputados fazerem o seu trabalho? É importante. Contudo a união é mais importante neste momento. Esta não é só uma questão de um segmento ou de outro, mas é a união de deputados da Oposição e de deputados do Governo juntamente com o governador e a sociedade de um modo geral. Todos são irmãos. Todos são conterrâneos que perderam os seus empregos. E nós vamos ficar de braços cruzados, vendo o sofrimento de milhares de famílias, milhares de pais de família! Portanto quero me solidarizar com o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto.

Por outro lado, deputada Kelly Magalhães, devo dizer que V.Ex<sup>a</sup> foi muito feliz quando, num pronunciamento recente, se referiu à posição de Caetano Veloso sobre a divisão dos *royalties*, tendo ele ficado a favor do Rio de Janeiro. Todo mundo

aqui caiu de pau em cima dele, inclusive eu. Embora seja seu fã, como muitos ou quase todos daqui.

Entretanto a decisão estava nas mãos da presidente Dilma, e ela vetou. Aí todo mundo amanteigou. Ora, é fácil bater em Caetano Veloso. Descemos a ripa nele, mas se esqueceram da presidente da República.

O que aconteceu? O governador do Rio de Janeiro gritou, esperneou, enquanto os outros governadores – inclusive o nosso – interessados nessa partilha cruzaram os braços. O que fez a presidente? Deu ouvido aos gritos, aos arroubos, à manifestação do Rio de Janeiro. É aí que está o pecado do governador Wagner. Não devemos ficar somente esperando que o vizinho do Piauí, de Sergipe, de Pernambuco faça algo. Vamos fazer a nossa parte. Não fizemos e infelizmente perdemos uma oportunidade de ouro com essa divisão dos *royalties*. Cabe agora ao Congresso vetar o veto da presidente.

Meus caros deputados Vando, Graça Pimenta e Coronel Gilberto Santana, este cada vez mais feliz com os espaços que tem tido no Partido Trabalhista Nacional, o PTN.

Mas, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, quero parabenizar a edição de hoje do jornal *Tribuna da Bahia* pela importante matéria da jornalista Kelly Cerqueira, cuja manchete stampa: “*Cidade vai ganhar mais de 50 mil novos carros até a Copa*”.

Diz essa matéria importante que Salvador não tem mais hora para engarrafar. Quem já não disse isso? Engarrafa às 18h, ao meio-dia, às 9h, às 8 da manhã, às 4 da tarde. E o problema é o seguinte: esta cidade, hoje, tem uma frota de 815 mil veículos, contabilizando apenas os cadastrados aqui. Os motoristas estão cada vez mais estressados, o trânsito é uma fábrica de estressados, e é preciso que você saia de casa, meu amigo, minha amiga, já consciente do problema que vai enfrentar.

Por mais que estejamos preparados e acostumados com esses engarrafamentos, vez por outra esse problema nos tira do sério. Na verdade, estamos à beira do caos. Três mil novos carros entram em circulação na cidade todo mês e não vemos nada em termos de mobilização governamental para resolver o problema.

Ora, 3 mil novos carros por mês em Salvador e não se tem uma obra pujante. Tivemos, recentemente, inaugurada uma parte da Via Expressa, mas é muito pouco para desengarrafar o trânsito desta capital, que tem um transporte coletivo deficitário, uma cidade que ainda não tem metrô funcionando.

Ontem eu estava observando a Paralela – qualquer um pode fazer essa observação – e constatei que é praticamente apenas o condutor em cada veículo. Você não vê o carro com três, quatro pessoas. No máximo, são duas pessoas por carro. Não há espaço, não há como compatibilizar nem como atender a todos. Mas você poderia sair de casa sem o seu carro; você poderia deixar o seu veículo na garagem e ir de ônibus ou de metrô para o trabalho. Não vai porque chegaria atrasado, pois ficaria no ponto de ônibus numa espera longa. E o veículo não chega. Além disso, nós temos engarrafamento. Portanto, é uma situação que hoje Salvador beira o caos.

Mas é uma pena, Salvador? Não, na minha querida Feira de Santana, deputado Zé Neto, que fala alto, aos berros e aos gritos, deveria estar preocupado é com o

projeto de vocês, mas fica gritando, esperneando e tal, mas não resolve isso aí, que é o projeto dos servidores do Ministério Público Estadual.

Voltando à questão da mobilidade urbana, Feira de Santana não foge, não é diferente. Às 7 horas da manhã você já pega as principais avenidas de Feira engarrafadas. Você, hoje, para se deslocar de um bairro de Feira de Santana para outro, você pode levar meia-hora, uma hora, a depender do horário, se você sair da zona sul para a zona norte da cidade, no mínimo 30 minutos, a depender do horário. E se acontecer um acidente numa daquelas vias principais, você vai ficar lá mofando nos engarrafamentos.

É uma questão que diz respeito aos grandes centros. É importante que a indústria automobilística esteja vendendo, é mais emprego, é economia. E a satisfação pessoal? Quem de nós não quer ter seu carro? Todo mundo quer ter seu carro na garagem, mas é necessário que os nossos governantes invistam em mobilidade urbana, porque vai chegar o momento em que vamos travar tudo.

Fala-se que, até a Copa do Mundo, nós teremos mais 50 mil novos carros em Salvador. Nós temos hoje, em Salvador, 101 mil motos. E olha que, fazendo um comparativo, Feira de Santana tem muito mais motos do que em Salvador, até pela condição geográfica de Feira de Santana, que favorece o uso desse transporte.

Então, aqui fica a nossa preocupação, a nossa reflexão, que lá em Feira de Santana o prefeito José Ronaldo tenha essa atenção com o trânsito, como aqui em Salvador, o prefeito eleito, ACM Neto. Porque senão vai chegar o momento em que a cidade vai estar travada, porque hoje a mobilidade urbana, em Salvador, beira ao caos, e Feira de Santana caminha para isso, se medidas urgentes não forem adotadas.

Concluindo a minha fala, minha cara presidente Maria Luiza Laudano, quero dizer que o projeto do plano de cargos e salários do servidor do Ministério Público Estadual depende apenas do deputado Zé Neto. Vocês ouviram atentamente que vários deputados do governo subiram à tribuna e disseram ser favoráveis, querem votar. Se querem votar, quem é que está dificultando? A bola da vez está com o Líder do governo, deputado Zé Neto. Só não vota hoje, se ele não quiser.

Muito obrigado.(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr<sup>a</sup> Cláudia Oliveira:- Pelo tempo de 10 minutos falará a deputada Luiza Maia.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 10 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, eu tinha iniciado, mas o tempo de 5 minutos não deu para eu concluir as coisas que eu ainda queria falar. Então, quero aqui registrar também e pedir apoio a esta Casa, a todos os cidadãos, principalmente àqueles que têm algum contato com o mar, porque o município de

Camaçari, na comunidade de Jauá, tem 12 dias sofrendo com o desaparecimento de quatro pescadores, e nós estamos numa situação meio complicada.

A Marinha tem prestado um apoio muito grande, mas o pescador Ronaldo, Zé Carlos, Edvaldo e Egídio estão desaparecidos, saíram com pouca alimentação, e quem tiver alguma relação, que souber de algum vestígio, alguma coisa, que nos ajude a resolver aquela ansiedade, aquele sofrimento daquelas famílias. Eles ligaram dizendo que dia 27 estariam de volta, na terça-feira, depois disso ninguém mais teve contato, só tinham um celular e a gente não sabe. Mas nós estamos torcendo e rezando para Deus os retorne com saúde e tudo tranquilo.

Outro assunto, Sr<sup>a</sup> Presidente, que quero tratar nesta Casa, é sobre essa questão que o deputado Adolfo Menezes falou aqui, do lixo químico da Cetrel. Isso gerou uma polêmica, uma confusão no nosso município, mas - graças a Deus! - unimos todos os cidadãos de Camaçari, desde a oposição, a esquerda ao governo até a sociedade organizada e estamos encontrando uma saída para que realmente esse lixo que vem de São Paulo não seja incinerado na Cetrel.

Há precedentes. Há dez anos foi suspensa essa tentativa de incinerar esse lixo de São Paulo, e não entendemos, não aceitamos. A Rhodia, que fechou sua fábrica em Camaçari e a transferiu para São Paulo, precisa definir onde jogar o seu lixo. Cada qual que cuide do seu lixo. Não dá para eles ficarem com o emprego, e nós, com o resíduo. Há muita conversa, muita confusão de que esse lixo é tóxico, é cancerígeno ou não. Nesse sentido, na quinta-feira, estaremos realizando uma audiência pública, às 3 horas da tarde, na Câmara Municipal de Camaçari, com o objetivo de discutir com o Ministério Público, com o secretário de Meio Ambiente, com a diretora do Inema, com a direção da Lumina Cetrel, com a sociedade organizada, com todas as pessoas interessadas e preocupadas, com os ambientalistas de Camaçari que viveram duas semanas em pé de guerra, para que encontremos, realmente, uma saída. A Cetrel tem dito, ou nos disse, que vai suspender definitivamente esse procedimento, mas queremos o seu pronunciamento público, queremos um acordo por escrito e com o aval do Ministério Público. É o terceiro precedente, e não temos mais confiança na empresa de que a sua palavra vai ser cumprida. Está aqui o deputado Bira Coroa que não me deixa mentir e que estará participando desse processo.

Sei que essa discussão inicial para barrar a incineração do lixo químico acabou gerando um outro fórum também, o Fórum Popular Permanente em defesa do meio ambiente. Estamos agora ampliando esse debate, essa discussão sobre o meio ambiente. Todos sabem que a nossa cidade, que o nosso município tem um grande pólo industrial, grandes montadoras. Precisamos também ser informados sobre isso, e a sociedade precisa participar dessa discussão. Esse tumulto todo que se criou em Camaçari quando a Agência Brasil noticiou que a Cetrel voltou a incinerar esse lixo podre de São Paulo foi porque a sociedade, a comunidade não sabia de nada. Tomamos conhecimento disso através da Imprensa. Então, será importante que todo mundo participe dessa audiência pública.

Hoje, na Câmara Notícia, foi publicada uma matéria dizendo que o Plenário da Câmara federal poderá votar alguns pontos da reforma política esta semana. Quero

chamar a atenção, inclusive peço aos companheiros para que nos ajudem assinando esse abaixo-assinado, de que é parte de uma luta do movimento contra a corrupção eleitoral e a plataforma eleitoral pela reforma política para que consigamos dar entrada a um projeto de lei de iniciativa popular no Congresso Nacional, nos moldes do ficha limpa. Estamos compreendendo que os deputados federais e o Senado não vão fazer a reforma política que a sociedade precisa. Ninguém suporta mais a privatização da política. Tenho dito isso em cada canto, e estou agora fazendo essa campanha. A meta da Bahia é conseguir 100 mil assinaturas para que realmente esse projeto tenha condição de ser apresentado no Congresso nacional. Esta é outra dificuldade.

Para que todas essas assinaturas? Para que o povo participe desses processos, nesses momentos de decisão das nossas vidas. Então, queria pedir o apoio, há alguns deputados aqui que assinaram, outros estão achando que está muito radical, porque solicita que retirem o 14º, o 15º salário de deputado. Isso é um projeto. Vamos discutir, vamos fazer o debate. Não impede, e volto a apelar a esta Casa, que me ajudem colhendo assinaturas para que realmente consigamos dar entrada nesse projeto. Deputado Rosemberg, V.Ex<sup>a</sup> que é um homem tão democrático, tão avançado, ajude-me nessa luta. São 100 mil assinaturas na Bahia. Então, queria pedir aos companheiros do Ministério Público que nos ajudem nessa luta. Precisamos unificar as eleições, precisamos ter financiamento público de campanha, precisamos dar fim às coligações proporcionais para que acabem com essa história de “partido de aluguel”, que só monta o partido para depois ficar aqui e acolá e se beneficiando. Há outras questões que precisamos debater, como o sistema misto, a lista pré-ordenada.

Então, é uma série de problemas, porque acho que a reforma política é a reforma- mãe deste Brasil. E este Brasil é um País das grandes reformas não feitas, deputado Rosemberg. Precisamos fazer a reforma agrária, tributária, da previdência, e a reforma política, que é a principal, porque ninguém suporta mais a privatização da política, pois só ganha eleição agora quem tem dinheiro ou quem consegue articular empresários para bancar a sua campanha. Isso não é justo, porque acaba afastando dos centros de poder, de decisão, as mulheres, os movimentos sociais, os negros, os jovens, os trabalhadores, e isso não está correto.

Então, para consolidação da democracia, entendo como fundamental fazermos essa reforma política radical realmente bem feita como propomos.

Queria também registrar a minha satisfação pela decisão do juiz Dr. Roberto Carlos de decidir suspender aquelas adoções irregulares e pedir o imediato retorno das crianças de Monte Santo. Foi um sofrimento muito grande, por isso quero parabenizar o Cedeca, através de seu coordenador Waldemar Oliveira, pela luta, pelo empenho em fazer com que essas crianças, que foram tiradas do seio de suas famílias daquela forma estúpida e grosseira, retornem para os seus pais e para sua terra e que sejam felizes.

Nesse sentido, queria pedir, mais uma vez, aos nossos deputados que ajudem o Cedeca, é uma entidade importante, faz a defesa da criança e do adolescente, e sabemos das dificuldades que eles vivem hoje em função de corte de recursos

internacionais que recebiam e que agora não estão mais recebendo.

Para concluir, quero dizer sobre essa questão do veto da nossa presidenta Dilma aos *royalties* do pré-sal para os municípios. Presidenta, realmente é uma coisa absurda. Acho que a Globo pressionar a nossa presidenta, Caetano Veloso e os artistas, só dois Estados brasileiros ficarem com tudo, acho que foi uma coisa muito ruim. Precisamos retomar essa campanha para dizer à presidenta Dilma que reveja, porque está enviando duas medidas provisórias no sentido de distribuir essa riqueza toda para todos os 27 Estados do Brasil e não apenas para dois, porque todos precisam.

Esses recursos precisam também ser destinados 100% para a educação e mais 50% do fundo social também para a educação, porque ou temos coragem de enfrentar esse debate da melhoria da qualidade da educação ou vamos ainda penar muito tempo para dizer que o nosso Brasil é um País desenvolvido, um País igual e com justiça social. Então, queria fazer esse apelo a esta Casa para que nos ajude nesse debate e nessa caminhada.

Por último, quero registrar e pedir a esta Casa para fazer uma discussão com o secretário da Segurança Pública. Saímos em caminhada na quinta-feira, da Piedade à Praça da Sé, estava parecendo a polícia dos carlistas, tomamos muita porrada da polícia desde a época da ditadura, agora não dá para a polícia do governador Jaques Wagner, do governo democrático, ter a postura que teve aquele capitão que escondeu o nome para não vermos, mas sei quem ele é. Estamos fazendo essa denúncia e encaminhado para a Secretaria da Segurança Pública e para o Comando da Polícia Militar, porque dessa forma não tem cabimento, barrou a nossa manifestação pacífica, denunciando e pedindo punição para a Banda New Hit, porque também não podemos tolerar aquele absurdo que está sendo feito hoje na Bahia com relação à dignidade das mulheres.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR-PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Minha cara presidente, que tão bem preside esta sessão neste dia 4 de dezembro, dia que em Feira de Santana se comemora, como em todo o Brasil, o dia de Santa Bárbara, lá teve um caruru e sei que a senhora é devota. Faço esse arrazoado para dizer a V.Ex<sup>a</sup> que não há orador.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Não há orador. Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sra. Neusa Cadore:- Sra. Presidente, pelo tempo de 5 minutos falará o nosso deputado Zé Neto, e por 5 minutos falará o deputado Cacá Leão.

A Sra. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Primeiro, deputado Paulo Azi, quero fazer uma fala um pouco fora da condição de líder, mas dentro da condição de deputado estadual desta Casa.

Nesta semana vi uma situação na Imprensa que me trouxe a preocupação de cidadão que tem um esclarecimento acima da média, do ponto de vista da política de Estado. Se continuarmos assim, em 2030, 43% do PIB será consumido apenas com pagamento de previdência. Esse é um dado que precisa, desde já, ser trabalhado pois, dentro de cinco anos, teremos a maior crise do Estado brasileiro dentro da previdência.

Esse problema aflige Municípios, Estados, União, o Estado como um todo sofre drasticamente com esse problema. Caberá à classe política ter maturidade para buscar soluções que sejam adequadas e que tragam para o nosso povo e para o nosso servidor público uma situação que possa traduzir um equilíbrio nessa conta. Obviamente, o que aconteceu na Europa, o que tem acontecido nos Estados Unidos tem demonstrado todos os dias que é preciso saber exatamente o tamanho do cobertor das contas públicas.

Quero introduzir isso, deputado Paulo Azi, porque, muitas vezes, não temos noção, no dia a dia dos embates ideológicos, de que certas cobranças que são feitas apenas por situações políticas ou adequações de momento, transpõem a realidade em que estamos vivendo.

O apelo que faço é para que tenhamos, em determinados momentos, principalmente daqui para frente, o cuidado de fazermos as disputas políticas sem algo que não seja a ideia e o posicionamento ideológico.

Há pouco, chamei o deputado Pedro e pedi para que entre em contato com nosso presidente do PMDB, Lúcio, baiano e amigo pessoal, para que procure, ao menos, não tratar mais do assunto relacionado ao governo do Estado, no tocante à questão de uma marcação de audiência com duas empresas que se queriam instalar na Bahia, feita pela secretária que estava à frente do cargo do governo federal, em São Paulo, no ano de 2009. Em verdade, o governo já trouxe à público os esclarecimentos, e à época quem estava na pasta era o próprio PMDB.

Tínhamos, inclusive, um secretário de conduta ilibada, alguém de estatura irretocável, que é o nosso Rafael Amoedo. Quero colocar claramente que é uma figura que conheço de perto, amigo pessoal, que colocou, há pouco, que não tem nenhum constrangimento em dizer que recebeu aqueles empresários juntamente com o governo do Estado, com o próprio governador, encaminhou todos os procedimentos, e depois as empresas sequer se instalaram na Bahia por questões de conveniência delas, e não finalizaram as negociações, não finalizaram as tratativas. Essas situações precisam ser colocadas, Sra. Presidente, para que estabeleçamos claramente as nossas responsabilidades no Legislativo.

Há pouco, conversei com representantes do Ministério Público. Ora, tenho sido aqui o interlocutor de todas as categorias que nos procuram, mas, evidentemente, quero esclarecer aos servidores do Ministério Público que essa demanda, para nós do Legislativo, apenas terá o caráter de demanda orçamentária. Tem orçamento ou não

tem orçamento para o que é solicitado em determinado projeto? É a forma que temos para controle do Estado, a fim de que a receita não cresça além do limite estabelecido constitucionalmente.

Iniciei o meu pronunciamento falando exatamente do tamanho da conta do Estado, e encerro o meu pronunciamento colocando aos servidores do Ministério Público exatamente esse grau de responsabilidade. Quero dizer, entretanto, que de nossa parte nós fizemos as nossas interlocuções, fizemos as nossas inserções e espero que possamos chegar a um denominador comum entre o Ministério Público e a Casa Civil. De minha parte, o que eu puder fazer para que encontremos uma saída adequada, eu farei, e já estou fazendo. Agora, obviamente que a limitação é que neste Poder, aqui, no Legislativo, não temos autonomia para votar, senão dentro de uma conta especificada pelo próprio governo estadual, pelo próprio Executivo para que possa se estabelecer com o Ministério Público a conclusão de interesses.

Fica, aqui, a nossa manifestação, aguardando tão somente que chegue aqui o resultado das negociações entre o Ministério Público e a Casa Civil. Quando isso acontecer, obviamente, votaremos esse projeto. O deputado Paulo Azi, representante da Minoria, já colocou que estará disposto a dispensar as formalidades. Obviamente, isso facilita e viabiliza que, ao chegar, aqui, o fruto das negociações, imediatamente votaremos o projeto.

Quero dizer, claramente, que esse é um projeto muitíssimo legítimo, porque vem dos anseios de uma categoria que sequer teve este ano o reajuste linear. Evidentemente, nós, já num outro nível, um nível de pessoas que estão relacionadas aos movimentos sociais, temos a clareza de que esse pleito é por demais legítimo.

Entretanto, quero, mais uma vez, ao encerrar a minha fala, Sr<sup>a</sup> Presidente, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> e dizendo que não se trata, aqui, de nenhuma intromissão deste Poder na órbita interna do Ministério Público, que é quem tem toda autonomia para tratar das questões de pessoal. Esperamos que as questões orçamentárias sejam resolvidas. Quando as tratativas chegarem a esta Casa, imediatamente votaremos o projeto PL nº 19.648/2011 (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Cacá Leão, representante de Lauro de Freitas e Região, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. CACÁ LEÃO:-** Agradeço, aproveitando para cumprimentá-la, nobre deputada, querida amiga que nos ajuda tanto presidindo as sessões e, neste momento, preside esta sessão num dia tão importante, nobre deputada Maria Luiza Laudano. Quero cumprimentar os colegas deputados, cumprimentar a imprensa que se faz presente nas Galerias, e cumprimentar, mais uma vez, os servidores do Ministério Público que têm tornado a sua luta diária nesta Casa pela aprovação do PL nº 19.648/2011 e eu tenho certeza absoluta que, assim que os entendimentos chegarem, será aprovado, nesta Casa Legislativa, por unanimidade tanto pela Bancada do Governo, quanto pela Bancada da Oposição.

Nobre deputada Maria Luiza Laudano, hoje é um importante dia, como eu



falava para V. Ex<sup>a</sup>, dia 04 de dezembro, dia de Santa Bárbara – eu conheço de perto a luta e a devoção que V. Ex<sup>a</sup> tem por essa Santa – e com certeza é um dia muito especial também para todos nós.

Gostaria de inserir, deputada Maria Luiza Laudano, nos Anais desta Casa um fórum que acontecerá no dia 06 de dezembro, próxima quinta-feira, capitaneado pela prefeitura municipal de Salvador, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Tive a honra e o prazer de participar dos quadros dessa Secretaria, especificamente no ano de 2008, ocupando o cargo de diretor de Habitação do município. Essa foi uma luta que eu vi nascer, em especial de uma servidora daquela Casa a coordenadora de Fomento e Produção Elaine Menezes.

O Fórum que será realizado no Crea-BA no dia 06 de dezembro contará com a presença de diversos palestrantes que, com certeza, abrilhantarão o evento. Vou nominar apenas alguns: o secretário Paulo Damasceno; o Dr. Luiz Baqueiro, presidente da Fundação Mário Lela Ferreira; Dr. Leonel Leal, assessor de relações internacionais do município de Salvador; a Maria Caras José, da Aliança Cidades; a Eleonora Márcia, superintendente de Habitação do Estado da Bahia; Dr<sup>a</sup> Ana Carolina Rabelo, diretora de Habitação do município de Salvador e do Dr. Marco, presidente do Crea-BA.

Dando uma explicação um pouco mais técnica, *“com a Constituição Federal de 1988, e a regulamentação do princípio constitucional da função social da propriedade urbana pelo Estatuto das Cidades em 2001, e ainda a criação do Ministério das Cidades em 2003, desenhou-se uma nova Política Nacional de Habitação que tem como objetivo promover condições de moradia digna a todos os segmentos da população, em especial os de baixa renda.”*

Gostaria de entregar este texto à Taquigrafia para que se faça constar nos Anais desta Casa. As ZEIS, que são denominadas zonas de interesse social, uma luta do município de Salvador encampada na gestão do prefeito João Henrique que, com certeza, será dada continuidade ao longo dos anos pelo prefeito eleito ACM Neto.

É um passo muito importante que diz respeito inclusive a títulos de posse e de terra para os cidadãos soteropolitanos. É um modelo implantado que será colocado em todo o Estado da Bahia. Como falei, é uma luta que nasceu em 2001, através da Constituição de 88 e mais adiante, com o presidente Lula, com a criação o Ministério das Cidades no ano de 2003. Então, peço à Taquigrafia que insira este texto que vem anexo ao convite da programação que vai acontecer no dia 6 de dezembro no auditório do CREA-Bahia.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Falarei por todo o tempo, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo

Azi, grande líder de Alagoinhas e região, parceiro de votação comigo, futuro deputado federal, pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. PAULO AZI:-** Agradeço as palavras de V.Ex<sup>a</sup>, deputada Maria Luiza Laudano, quero cumprimentar os servidores do Ministério Público presentes nesta sessão, todos que estão a acompanhar a mesma e dizer, Sr<sup>a</sup> Presidenta, que pelas palavras do Líder do governo, deputado Zé Neto, infelizmente não será hoje que esta Casa terá oportunidade de discutir e votar o projeto que trata do plano de cargos e salários dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia. O projeto se encontra nesta Casa há mais de um ano, já fez aniversário e, estranhamente, o governo agora, no apagar das luzes, coloca a falta de orçamento como um ponto que está a impedir a apreciação e aprovação dessa matéria.

Quero aqui reiterar, Sr<sup>a</sup> Presidenta, que já existe na Casa uma mobilização dos parlamentares no sentido de discutir o encerramento do ano legislativo, que uma vez votado o Orçamento, poderá ser encerrado no próximo dia 15 de dezembro, mas quero reiterar o posicionamento da Oposição de só votar o Orçamento e, por consequência, encerrar o ano letivo se o projeto que trata do plano de cargos e salários do Ministério Público for contemplado nesse acordo.

(Palmas)

Esta é uma posição já tomada pela Oposição há algum tempo, já externada desta tribuna e espero que o deputado Zé Neto e os líderes dos partidos ligados ao governo convençam S.Ex<sup>as</sup> e o todo poderoso secretário Rui Costa para que ele possa permitir, Sr<sup>a</sup> Presidenta, que a Assembleia Legislativa possa votar o projeto. Infelizmente, é até com muita tristeza, que eu, como parlamentar deste Poder Legislativo, faço aqui este tipo de desabafo. Nós precisamos ter a permissão do todo-poderoso secretário Rui Costa para votarmos um projeto.

Acho que se esta permissão não chegar, os deputados desta Casa devem ter um gesto de coragem de submeter o projeto à votação. E cada deputado, de acordo com sua consciência, deve votar para aprovar ou, até, rejeitar o projeto se for o caso. O que não podemos é fechar o período legislativo ou encerrar o ano legislativo e ver este projeto sem ter a devida apreciação deste Plenário.

Eu espero, encarecidamente, por esta votação. Torço e peço, aqui, aos outros líderes do governo para ajudarem e assessorarem o deputado Zé Neto, a fim de que ele exerça uma postura de não submissão ao governo, mas exerça, sim, a postura de líder do seus deputados, com o intuito de que todos nós possamos, de uma vez por todas, colocar este projeto em pauta, apreciá-lo e discuti-lo.

Tenho certeza de que esta é a vontade da maioria deste Parlamento, qual seja, aprovar e dar este presente de Natal a centenas de servidores do Ministério Público que, há mais de um ano, vêm a esta Casa pedir a todos nós para que cumpramos com a nossa responsabilidade constitucional, Sr. Presidente, que é a de apreciar e votar as leis, sejam projetos oriundos deste Poder Legislativo ou do Poder Executivo ou do Poder Judiciário ou do próprio Ministério Público.

Nós estamos já a encerrar esta sessão de hoje. Esperamos que, na próxima semana, este projeto venha a ser discutido. Faltam, apenas, cinco minutos para o

encerramento da minha fala e, depois, mais dez minutos para a fala do representante do governo. Em seguida, entraremos na Ordem do Dia na qual só consta a votação da urgência de um projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Se, neste ínterim, chegar a este plenário a autorização ou a ordem de S.Ex<sup>a</sup>, o todo-poderoso secretário Rui Costa, aí, nós poderemos, ainda no dia de hoje, dar este presente a todos os servidores do Ministério Público. Caso não chegue, reitero, aqui, a nossa posição, ou seja, de só apreciarmos o orçamento e, por consequência, encerrar o ano legislativo se, dentro desta pauta, estiver incluso o projeto que trata do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Ministério Público.

Quero, Sr. Presidente, também, nesta tarde, alertar os deputados desta Casa para o projeto que o governo tentará aprovar a urgência ainda na noite de hoje. Srs. Parlamentares, quero, aqui, pedir a atenção de cada um. Este é um projeto que, de maneira muito silenciosa, o governo encaminhou a esta Casa, praticamente no último final de semana, e, já agora, solicita a votação em regime de urgência.

Observem que, além da criação de diversas taxas, este projeto permitirá o aumento muito além dos índices inflacionários de diversas taxas que já existem. Este é um verdadeiro presente de grego que S.Ex<sup>a</sup>, o governador Jaques Wagner, dará aos baianos, neste final de ano, caso esta lei seja aprovada por este Poder Legislativo.

Para V.Ex<sup>as</sup>. terem uma ideia, essa proposição cria uma série de novas taxas – e estas significam impostos que a população pagará – no âmbito do Corpo de Bombeiros, do transporte hidroviário intermunicipal, da legislação que trata da inspeção vegetal. Além de majorar diversas taxas existentes, principalmente aquelas relacionadas ao Detran.

Vejam, por exemplo, Srs. Parlamentares, que a taxa de permissão para dirigir veículos, aquela que o cidadão paga quando tira a Carteira Nacional de Habilitação pela primeira vez, terá um aumento de 24%. Já a renovação dessa carteira terá um aumento de 9,8%. A segunda via de documento terá um aumento de 97%, deputado Rosemberg Pinto. A diária de um veículo que porventura seja apreendido terá um aumento de 110%, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares.

E o governo propõe que esse projeto seja votado em regime de urgência, sem nenhum debate, sem nenhuma discussão. E destaquemos que ele trará enormes prejuízos a nossa população, que não aguenta mais a escorcha tributária deste governo, que não aguenta mais pagar impostos sem ter a retribuição em serviços públicos.

Os baianos convivem com a falta de segurança, com uma saúde caótica, com uma educação de péssima qualidade. E agora, no apagar das luzes deste exercício financeiro, o governador Jaques Wagner encaminha a esta Casa um projeto que, além de criar quase uma centena de novas taxas, de novos impostos que serão pagos pela população, pratica aumentos extorsivos nas taxas já existentes.

Então alerta este Plenário, na medida em que este projeto não deveria tramitar nesta Casa em regime de urgência, porque isso vai impossibilitar o seu debate, a sua discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Inicialmente, Sr. Presidente, falarei por 5 minutos. Em seguida, o deputado Bira Corôa ocupará a tribuna pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Queridos deputados e deputadas, primeiro, deputado Paulo Azi, acho que está correto. O deputado Zé Neto já colocou que não podemos ficar aqui fazendo um debate sem fim com relação à questão do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Ministério Público.

Hoje todos nós, independentemente de Maioria e Minoria, fizemos um debate com o governo do Estado sobre uma saída, uma solução para o problema. Tenho convicção que há um compromisso, pelo menos já firmado aqui, do Líder do governo no sentido de votar este ano. Nós temos ainda duas sessões.

Queria dizer aos servidores que estamos todos empenhados, mas é lógico que isso requer uma posição do governo do ponto de vista de custos. É lógico que aqui nós não somos subordinados ao secretário da Casa Civil, deputado Paulo Azi, mas ele é quem faz a conta geral do Orçamento junto com o secretário do Planejamento. Há nesta Casa um compromisso firmado do Líder da Maioria de votar essa questão este ano. Já pedi aos deputados e deputadas empenho para que cheguem a esse denominador comum e votemos, resolvendo de uma vez por todas esse assunto dos servidores do Ministério Público da Bahia.

Queria dialogar com a deputada Luiza Maia. Eu sou da Comissão que discute a reforma política neste Legislativo e acho que nós temos de aprofundar e debater rapidamente a questão. Gostaria de levantar esse debate dizendo que precisamos fazê-lo duma forma mais aprofundada para não criminalizar os deputados. Existe uma parte da mídia que tenta criminalizar os deputados. Coordenada, inclusive, por esse grupo que apresenta essa proposta que V.Ex<sup>a</sup> está apresentando aqui. Acho que parte dela está correta. Tem de haver um debate sobre reforma, financiamento público de campanha. Agora, não posso admitir e acho hipocrisia esse debate de que deputado tem privilégio, ganha salário acima das questões. Isso é hipocrisia!

Nós estamos debatendo nesta Casa corretamente o aumento dos servidores e vamos aumentá-los aqui. Agora, não posso permitir que se abra um debate desse tipo aqui, não. “Tem que tirar regalias dos deputados.” Quais são as regalias que têm os deputados? Eu quero que coloquem às claras. Não posso admitir isso e acho que todo deputado tem de fazer essa defesa pública porque há demagogia, hipocrisia num debate que tenta criminalizar o Parlamento brasileiro, baiano, de todos os Estados. E os deputados, individualmente.

Eu fui da Petrobras vários anos, e lá nós temos férias em dobro, 14º salário. Os trabalhadores precisam ser melhor remunerados em todas as suas esferas. Aqui o

deputado tem de tirar todas as coisas que tem porque deputado é bandido?! Precisamos fazer um debate correto. Não podemos aceitar esse atravessado de uma parte da mídia e de um segmento que tenta criminalizar o Parlamento todos os dias.

Quero fazer o debate sem nenhum problema, deputado Marcelino Galo. Agora, quero fazer de forma leal entendendo que, se há coisas erradas, temos de resolvê-las, porque ninguém quer fazer as coisas aqui de maneira errada. Temos de fazer as coisas de forma certa, mas todos os servidores públicos têm de ser bem remunerados, inclusive os deputados. Deputado é servidor público, e por conta disso esse debate não pode ser tratado com os documentos dizendo que nós temos regalias. Queria fazer esse debate, deputada, com respeito. E não é nada contra você, porque sei que não defende isso que está colocado aí. Mas acho que não podemos deixar que esse debate tome conta para não criminalizar a nós mesmos. Vai bater em você, vai bater em mim, em todos nós aqui desta Casa.

Quero dizer, meu querido deputado Zé Neto, que tem de fazer uma conversa com os servidores e estipular uma data para que possamos fazer essa votação e obviamente chegarmos a um denominador comum, senão ficaremos todos os dias aqui nesse debate sem fim.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. BIRA CORÔA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores e senhoras servidores do Ministério Público e da imprensa, quero fazer minhas as palavras do deputado Rosemberg, por entender que esse debate deve ser amplo, transparente e de forma responsável, porque não dá para para irmos na “onda” de que o Parlamento é constituído por atos ilícitos e marginalidade. Então, consequentemente, é importante abriremos esse debate de forma tranquila e sem medo de fazer o enfrentamento e, se possível, correções caso necessárias.

Mas, Sr. Presidente, também uso a palavra para chamar mais uma vez a atenção desta Casa e da Bahia. Com a vinda da Copa para a Bahia estamos enfrentando uma determinação da FIFA, para que no raio de 2Km da Arena Fonte Nova, assim como em qualquer outro estádio no Brasil, nenhum produto seja comercializado fora os rotulados pela FIFA. Consequentemente, além dos ambulantes de uma forma geral, do nosso comércio de todo raio do centro da cidade, o maior símbolo da Bahia- que são as baianas de acarajés- estarão impossibilitadas de trabalhar na Fonte Nova e no perímetro de raio de 2 Km.

Isso significa que quase 50 baianas de acarajés estarão impedidas de desenvolver suas atividades laborais, sem perceber que ao tirar as baianas e delegar ao Mc Donald's o direito de comercializar o acarajé, estaremos rasgando um símbolo e uma referência da Bahia, não apenas como receptiva, mas como símbolo da resistência da mulher negra deste estado. Foi a partir dos tabuleiros de acarajé que foi possível acumular recursos econômicos para comprar a liberdade de negros e negras,

além de municiar a luta e a resistência com armas e alimentos nos quilombos. Então estamos falando do símbolo de resistência, que já é reconhecida como patrimônio nacional e da Bahia e que a FIFA precisa respeitar.

Por isso, estamos com um documento, fruto de uma audiência pública desta Casa, colhendo assinaturas e intitulado de Carta do Dendê, para fazer valer ao governo brasileiro da presidenta Dilma, ao ministro, à FIFA e à Federação Brasileira de Esportes, de que a Bahia não abre mão de ter a baiana de acarajé com seu tradicional tabuleiro trabalhando na Copa.

Assim também, Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar o governo do estado da Bahia por uma ação que está ocorrendo em Jequié, que é exatamente a reforma e ampliação do ambulatório do hospital local e regional, fato esse que demonstra mais um interesse e um compromisso do governo do estado com o desenvolvimento e a prestação de serviços de melhor qualidade na saúde de nosso estado.

Também quero aproveitar o tempo que me resta para me posicionar mais uma vez em relação a situação que está ocorrendo no nosso estado, no que tange ao lixo tóxico, produzido por uma empresa francesa e incorporado pela Rhodia há três décadas. De lá para cá, especificamente em 77, até hoje, é um verdadeiro dilema. São mais de 30 mil toneladas de lixo tóxico que há essa altura, segundo o Ministério Público de São Paulo, já deve estar ultrapassando as 50 mil toneladas devido a precária condição de estocagem e utilização inadequada do descarte desse produto em quatro municípios paulista. E agora, mais uma vez, nove anos depois volta o capítulo da novela de transferir esse material para a Bahia, especificamente Camaçari, para ser incinerado pela Cetrel.

Reconhecemos a capacidade técnica da Cetrel, reconhecemos que temos um dos melhores instrumentos para tratar resíduos industriais, incluindo esse mesmo resíduo, mas não justifica deslocar quase 50 mil toneladas de produtos contaminados de São Paulo para a Bahia. São 4.413 quilômetros o destino a ser percorrido. São mais de 300 mananciais hídricos por onde esse produto estará passando; são várias áreas urbanas em centenas de municípios que serão cortadas por essa carga e, sem dúvida alguma, pondo em risco a sustentabilidade ambiental e a condição de vida do nosso povo. Então por si só isso não justifica.

Logo mais, às 19 horas, teremos uma audiência com o secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia, porque também o nosso governo do Estado já se posiciona e optou pela suspensão da incineração desse produto e que a Cetrel não receba mais cargas provenientes de São Paulo. Mas precisamos dar um basta a essa situação. A Bahia não pode ser mantida como um quintal, e a Cetrel, com toda capacidade que tem e que nós respeitamos, não pode ser o tratador da produção de resíduos do Brasil e, conseqüentemente, de fora do Brasil, porque se pode abrir uma porta para essa situação.

Por isso, Sr. Presidente, que fiz uso neste momento, e assim como todos os parlamentares que se pronunciaram, também defendemos que todos os servidores públicos, incluindo o Ministério Público, possam ter a contemplação salarial que

justifique o trabalho com dignidade, com respeito e, acima de tudo, com valorização do nosso povo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Ordem do Dia.

Há sobre a Mesa o seguinte requerimento nº 7.774/2012 (Lê):

*“ Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

*Requeiro, nos termos do art.174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de lei nº 20.060/12, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a Lei nº 3.956, de 31 de dezembro de 1981, a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, a lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências”.*

*Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2012.*

*Deputado Zé Neto”.*

Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi, Líder da Oposição, para encaminhar a votação.

Com a desistência do deputado Paulo Azi, submeto à votação o requerimento...

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, há pouco me pronunciei em relação a esse projeto que majora uma série de taxas e cria outras tantas. É um presente de grego que o governador Jaques Wagner vai dar em plena véspera de Natal à população do nosso Estado.

Acredito ser um contrassenso o projeto que chegou na semana passada a esta Casa e ser submetido a uma tramitação em regime de urgência, o que possibilitará que esse projeto seja votado na semana que vem sem nenhum debate nesta Casa.

Portanto, já me pronunciei totalmente contrário a essa matéria na expectativa de que as lideranças do governo retirem a urgência e possibilite uma discussão no âmbito das comissões.

Por isso mesmo, quero solicitar a V.Exª que proceda uma verificação de quórum de votação da referida solicitação de urgência, e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, solicitar ao Líder do governo e, se possível, também ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que deem uma palavra aos servidores do Ministério Público que estão nas galerias desta Casa. (Palmas) Eu acho, Sr. Presidente, que é uma questão de respeito. Que todos nós parlamentares possamos dar uma satisfação aos servidores do Ministério Público para que eles tenham pelo menos a segurança de que vão ter esse projeto apreciado se possível ainda esta semana ou na semana vindoura, em função, repito, da proximidade do encerramento do período legislativo desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, hoje estivemos em audiência com o secretário da Fazenda, com várias entidades de microcrédito deste Estado, vários presidentes de bancos do povo, como o de Itabuna, Conquista, Feira de Santa e várias outras regiões, com o objetivo de discutir um maior aporte de recursos de infraestrutura a essas entidades que prestam serviço à sociedade baiana e, principalmente, àqueles mais pobres, no sentido de financiar pequenos equipamentos que possibilitem a inclusão produtiva, o trabalho. Inclusive, a maior parte dos beneficiários desse projeto são mulheres, as mais adimplentes.

Gostaria de aqui registrar que foi uma grande audiência. O secretário se manifestou disponível para trabalhar neste sentido. Por isso, solicito a V.Ex<sup>a</sup> que seja dado o tempo regulamentar de 25 minutos para que possamos convocar todos os parlamentares que estão nos seus gabinetes, nesta Casa, que compareçam a este plenário.

Solicito também que V.Ex<sup>a</sup> zere o painel e convoque todos os Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex<sup>a</sup> também será atendido, nobre deputado Marcelino Galo.

Peço que seja zerado o painel e seja iniciada a contagem dos 25 minutos.

Srs. Deputados, Srs. Deputadas, há um pedido de verificação de quórum para votação feito pelos deputados Paulo Azi e Marcelino Galo. Por isso, solicito que todos que estejam na sala do cafezinho e em outras dependências deste Parlamento compareçam para dar suas presenças e procedermos à votação.

(Verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Há número suficiente para votação. Em votação o requerimento que foi lido. Os Srs. Deputados que o aprovam...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Quero recomendar aos deputados de oposição, Sr. Presidente, que votem não ao requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O deputado Paulo Azi recomenda aos seus liderados que votem não.

Como recomenda o Líder do governo?

O Sr. Marcelino Galo:- Recomendo sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O Líder do governo, deputado Marcelino Galo, recomenda sim.

Srs. Deputados e Srs. Deputadas, em votação o requerimento. O deputado Paulo Azi recomenda não, e o deputado Marcelino Galo recomenda sim. (Pausa)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.



O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do Líder da Maioria, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria, pela ordem, dar uma satisfação ao pessoal do Ministério Público. (Pausa) Sr. Presidente, não estou conseguindo votar.

(Continua a votação.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento, já que temos a presença aqui, hoje, dos trabalhadores do Ministério Público. Evidentemente que não seria regimentalmente uma questão de ordem do nosso dia a dia, mas é importante dar uma satisfação à categoria que está aqui na Casa, a temos recebido todas as vezes e dando-lhe a atenção que está ao nosso alcance. De nossa parte, tanto da minha como da de diversos deputados que têm procurado uma solução. A Oposição tem cobrado a nós também e, claro, encaminhamos o pleito à Casa Civil para que se chegue a um denominador comum com a representação do Ministério Público Estadual.

O fato é que as negociações caminharam na semana passada de forma mais vigorosa e foram repassadas as informações que a Casa Civil solicitou. Essas informações chegaram à Casa Civil na sexta-feira à tarde e obviamente, sexta-feira, se conta na segunda-feira. As rotinas todas foram cumpridas e de ontem à tarde até hoje estão sendo avaliadas as questões referentes à necessidade orçamentária.

Em verdade, quero mais uma vez esclarecer, tanto para os deputados como para a própria categoria que está aqui presente, que de nossa parte o empenho é sempre querer votar e resolver os problemas das categorias que nos procuram. Se tem uma coisa que nos tem dado satisfação é buscar resolver essas questões. Obviamente que não temos aqui no Poder Legislativo nenhum poder de intromissão dentro das contas e dentro das questões internas relacionadas ao pessoal do próprio Ministério Público. Agora, obviamente, a matéria orçamentária nos caberá resolver. Aqui na Casa, a prática é não aprovar nenhuma matéria que não esteja contabilizada, até para preservar os preceitos de limites de gastos e de repasses para os determinados órgãos e poderes do Estado.

Tem sido esse o nosso caminho, e quero dizer aos trabalhadores que não se chegou a um denominador comum ainda hoje, nós nos comprometemos aqui e estamos reafirmando o compromisso, faltam alguns detalhes, torcemos, inclusive, amanhã pela manhã, vou à Casa Civil pessoalmente acompanhar de perto essas negociações em nome da Bancada, até por solicitação dos próprios deputados, para que houvesse uma participação mais efetiva nossa no sentido de pressionar essa resolução, e espero que possamos trazer alguma novidade positiva.

Encerraremos nossos trabalhos hoje, ficamos de reafirmar e estamos reafirmando agora o compromisso de que esse projeto será votado ainda no mês de dezembro, pelo menos no final dos trabalhos. Queremos ver se até o dia 19 ou até mesmo até o dia 15, se for possível, possamos encerrar os trabalhos. Mantido o compromisso, mantido o respeito à categoria, claro que há um excesso ou outro, pode haver uma informação que as pessoas pegam truncada, mas quero mais vez afirmar que do nosso ponto de vista é legítima a posição dos trabalhadores, que querem,

evidentemente, os seus salários, mas temos o poder limitado, até porque não é de nossa órbita essa intromissão dentro do Ministério Público.

Mas, no tocante à questão orçamentária, temos de ter o posicionamento necessário ao nosso alcance para que possamos resolver o problema e sair com a resolução final que possa atender aos dois Poderes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Resultado da votação.

Aprovado: 39 votos, sim; 7 votos, não.

Como não há mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*